

Assunto: Processo FUNAI/BSB/2577/93. Referência: Terra Indígena MAWETEK. Interessado: Grupo Indígena Kanamari. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/2577/93, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria do antropólogo CARLOS ALEXANDRE BARBOZA PLÍNIO DOS SANTOS que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena MAWETEK, de ocupação do respectivo grupo tribal Kanamari, com superfície e perímetro aprovados de 118.000 hectares e 200 km respectivamente, localizada no município de Eurinepé, Estado do Amazonas.
2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Amazonas, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.
3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

OTACILIO ANTUNES

RESUMO DO RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA MAWETEK

Referência: Processo FUNAI/BSB/2577/93. Terra Indígena: Mawetek. Localização: Município de Eurinepé, Estado do Amazonas. Superfície: 118.000 hectares. Perímetro: 200 Km. Sociedade Indígena: Kanamari. Família lingüística: Katukina. População: 207 pessoas (1995). Identificação e Delimitação: GT constituído pela Portaria nº 1152/95, de 30 de outubro de 1995, coordenado pelo antropólogo Lino João de Oliveira Neves.

I - DADOS GERAIS

O grupo indígena Kanamari, cuja autodenominação é *Tákana*, é originário da área cultural Juruá/Purus, no Sudoeste do Estado do Amazonas. Pertence a família lingüística Katukina, e que conta hoje com uma população aproximada de 1.500 pessoas, distribuídas em aldeias localizadas nos rios Jutaí, Itaquai e Javari, na Terra Indígena Vale do Javari; no rio Japurá, nas Terras Indígenas Marã Urubaxi e Paraná do Paricá; e no rio Juruá, nas Terras Indígenas Kanamari do Rio Juruá e Mawetek.

O levantamento demográfico realizado na TI Mawetek indicou um total de 207 pessoas, distribuídas espacialmente em três aldeias: Aldeia Maloca, ou Bola, localizada no igarapé Maloca, com uma população de 68 pessoas; Aldeia Mamorãhe, ou Matrinxã, localizada no igarapé Matrinxã, com uma população de 58 pessoas; e Aldeia Komaroha, ou Fortaleza, localizada no igarapé São Vicente, com uma população de 81 pessoas.

Estudos lingüísticos comparados, realizados a partir de vocábulos coletados por viajantes que nas primeiras fases de desbravamento da Amazônia tiveram contato com as populações indígenas, indicam que o rio Juruá foi primitivamente habitado por populações da família lingüística Katukina e que só mais tarde chegariam à esta região outras populações indígenas de cultura pano e aruak. A compilação de informações documentais com narrativas míticas e a memória coletiva Kanamari fornece uma visão do território originalmente dominado pelos grupos de cultura Katukina anteriormente à ocupação da região pelas frentes de exploração econômica.

De modo específico, o rio Juruá pode ser indicado como o eixo central da área dos grupos locais Kanamari que dominavam ambas as margens do rio em todo o seu médio-alto curso. Este domínio está presente tanto na memória coletiva deste povo como fartamente registrada em todos os documentos históricos e relatos de época.

Narrada pelos Kanamari, a ocupação da região do rio Juruá tem sua origem no mito Kanamari da criação do mundo e seu povoamento original pelos grupos da família Katukina, através de Tamakore, um dos heróis míticos, criador deste mundo. Esse mito abre entendimento para a existência de diferenças sociais e de origem entre os povos, e indica a demarcação física das terras, sendo o Juruá concebido como o local original dos povos indígenas, e entre estes ressaltando a anterioridade dos grupos Katukina (Kanamari, Tukáno e Katukina), enquanto as terras dos brancos ficam localizadas fora dos domínios destes grupos, em uma região remota vislumbrada Juruá abaixo.

Assim como em documentos e relatos históricos, e na memória coletiva dos grupos locais, a presença de populações Kanamari está registrada na lembrança de antigos moradores não-índios da região. O Sr. Francisco Alves Xavier informou que em 1942 uma grande população Kanamari residia no igarapé São Vicente, nos fundos do seringal Bom Jardim. Em 1983, várias destas pessoas se encontravam no igarapé Mamori. O Sr. João Moreira Costa, outro antigo morador da região, lembrava que em 1978, ainda podiam ser observados os esteios de antiga maloca Kanamari no igarapé Jaci. Em 08 de janeiro de 1990, Sr. Hugo Cavalcante informou que no período aproximado de 1970-1975 visitara uma maloca no igarapé Arabá, para onde haviam se transferido os Kanamari do igarapé Maloca. Mais tarde, este mesmo grupo se deslocou para a beira do igarapé Jaci. Em 24 de janeiro de 1990, o Sr. Francisco Mendes Mesquita, conhecido na região como Chico Paranaguá, informou que quando de sua chegada à região podiam ser encontradas nestas terras várias malocas, às quais relaciona os nomes de muitos velhos homens Kanamari e suas famílias.

Por meio do contato com as frentes de ocupação econômica que se instalam na região do rio Juruá a partir da segunda metade do século XIX, os Kanamari passaram a sofrer um processo contínuo de perda territorial que atingiu grande parte de suas terras tradicionais. Contudo, a maioria das atuais aldeias localizam-se em faixas de terra do antigo território Tákana, exceto apenas as dos rios Javari e Japurá, que decorrem de transferências recentes a que foram submetidos os respectivos grupos locais.

O histórico recente do processo de ocupação destas áreas indica a ocorrência de três movimentos de migrações, a primeira destas migrações decorre de conflitos entre grupos locais então estabelecidos nos igarapés São Vicente e Curumim. Como de praxe em atritos envolvendo grupos locais tem início um processo de evitação e distanciamento social que conduziria a saída de algumas famílias destas duas áreas. Parte do grupo localizado no igarapé São Vicente desceria o rio, indo instalar-se no igarapé Grande, afluente da margem direita do Juruá, dando início ao agrupamento atual que constitui a Aldeia Mamori, inserida na Terra Indígena Kanamari do Rio Juruá. Por outro lado, adentrando no sentido das cabeceiras do igarapé Curumim, algumas famílias aí instaladas migraram para o alto rio Itaquai agregando-se aos Kanamari locais. Esse movimento migratório ocorreu em meados dos anos 60.

Já na década de 70, ocorreu um segundo movimento migratório que levaria as famílias remanescentes do igarapé São Vicente para a Aldeia Mamori, enquanto as famílias que se encontravam no igarapé Matrinxã se transfeririam para o alto Itaquai. Desta vez a migração foi uma estratégia adotada por este grupo para fugir de ameaças e perseguições que vinham sofrendo por parte da população regional e da força policial de Eurinepé que responsabilizavam os Kanamari pela morte de uma família de seringueiros que exploravam o igarapé Curumim.

Em 1980, um forte surto de sarampo atingiu os rios Juruá e Jutaí provocando muitas vítimas entre os grupos locais. Atingidos pela epidemia os Kanamari do igarapé da Maloca ficaram bastante fragilizados em sua integridade social e debilitados em sua condição de suprir as necessidades de alimentação do grupo. A este quadro já dramático somou-se ainda os conflitos pela posse de terra que neste momento começavam a acentuar as divergências entre seringalistas locais e os interesses Kanamari. Sem forças para superar as adversidades, os Kanamari do igarapé Maloca procuram apoio entre os outros grupos do Juruá, aproximando-se principalmente daqueles localizados nos igarapés Mamori e Santa Rita, com os quais mantêm laços de parentesco. A partir do final de 1985, diversos Kanamari originários da Terra Indígena Mawetek começaram a retornar às áreas anteriormente ocupadas.

Conforme o padrão de ocupação geralmente observado em áreas de floresta tropical as aldeias contam com uma população não muito elevada, em torno de 50 a 80 pessoas, que tende a se fragmentar com o aumento destes

D.O.U. (78)
27/04/99 12-9
CMD 00039
Kanamari

números. Assim, os deslocamentos temporários - e por vezes prolongados - de famílias, ou mesmo de grupos inteiros, devem ser vistos como diretamente relacionados às condições de abastecimento das áreas e não como um abandono das terras ocupadas.

A própria disponibilidade dos recursos naturais empregados para o atendimento das necessidades dos grupos impõe limites que orientam a formação, fracionamento e mesmo a dissolução de grupamentos influenciando diretamente na escolha de sua localização. Assim, a localização das aldeias, e por conseguinte sua transferência, está condicionada à existência de recursos econômicos para as atividades produtivas destinadas à comercialização e aos recursos a serem apropriados pelos grupos para a sua subsistência.

Com a adoção da agricultura, hoje presente em todos os grupos locais, um novo fator passou a influenciar o tempo de permanência das aldeias. Dada às condições locais de solo, um roçado é utilizado para cultivo por um período máximo de 3 (três) anos, após torna-se necessário a abertura de novos espaços. A necessidade de descanso do solo acaba assim impondo a mudança das aldeias que, com o passar dos anos, conduzem os grupos a ocupar os locais das antigas malocas, como é o caso da aldeia Mamorãhe e Komaroha que se acham situadas em pontos onde já estiveram assentadas aldeias de seus ancestrais.

II - HABITAÇÃO PERMANENTE

A distribuição espacial das aldeias obedece critérios étnicos que definem a territorialidade Kanamarí, configurada pelas áreas originais de cada uma das unidades politicamente autônomas, os Djapa. Assim, a Aldeia Maloca é constituída principalmente por indivíduos Potos Djapa e seus aliados preferenciais, como os Hãdja Djapa e os Amãna Djapa, que ocupam área indicada na memória coletiva dos povos de cultura Katukína, sendo áreas originais destes grupos e de seus ancestrais. Seguindo o mesmos critérios que orientam a ocupação espacial do território Kanamarí, na Aldeia Mamorãhe estão principalmente os Kadjekere Djapa e os Hetsam Djapa, ocupando área de seus grupos de origem, enquanto a Aldeia Komaroha, formada majoritariamente pelos Bem Djapa, se acha localizada no igarapé São Vicente, reconhecido como o local de origem deste grupo.

Como a maioria das aldeias Kanamarí, as Aldeias Maloca, Mamorãhe e Komaroha também são formadas por um aglomerado central de residências familiares construídas no estilo regional: palafitas armadas em troncos roliços de árvores e cobertas de palha, com assoalho e, em alguns casos, paredes de entrecasca de paxiúba. Essas aldeias contam com uma população fixa de 207 pessoas, constituída por 47 famílias ocupando 24 casas. Os números indicam que 193 pessoas, ou 93,24 % da população da TI Mawetek, têm suas origens diretamente ligadas às terras tradicionalmente ocupadas por seus grupos locais. O restante da população, 6,36 % é formada por indivíduos Kanamarí cuja origem não está ligada a esta terra indígena e 0,40 % representa o único caso de pessoa não Kanamarí casada com indivíduo do grupo.

Em todas as terras ocupadas pelos Kanamarí é possível identificar locais de antigas malocas, capoeiras crescidas em antigos roçados, sinais de caminhos abertos na mata utilizados no passado para expedições e visitas entre grupos locais e exploração de velhos pupunhais, indício infalível da ocupação Tãkãna. Esta mesma dinâmica de utilização planejada dos recursos naturais se reproduz em todas as áreas de ocupação.

A localização de uma aldeia não é aleatória pois além dos critérios de descanso de terra, que permitem a reposição das condições de uso do solo, dos estoques de animais de caça, de peixes e de frutos da mata, depende também de uma identificação prévia pelo grupo local como sendo sua terra tradicional.

A aldeia do igarapé Maloca encontra-se na atual localização desde 1985, quando estes Kanamarí regressaram para o local da antiga colocação Moriru, ocupando uma faixa de terra que se estende desde dos lagos utilizados para pesca, localizada nas terras interiores da margem esquerda do rio Jurúá, aos locais privilegiados para caça na região rio Jutazinho, tendo como limites inferiores os igarapés Jaci e Jacobana, e estendendo-se na parte superior às terras ocupadas pelos Kanamarí do Matrinxã. A aldeia do igarapé Matrinxã encontra-se na atual localização desde 1991, sendo que ao regressarem do Itaqual, estes Kanamarí permaneceram por certo tempo na Aldeia do igarapé Maloca até se reinstalarem em seus locais de origem. A área de ocupação desta aldeia se prolonga das terras interiores da margem esquerda do rio Jurúá à região formada pelas cabeceiras do rio Matrinxã e do rio Jutazinho, em faixa de terra intermediária às áreas mais imediatamente ocupadas pelos grupos dos igarapés Maloca e São Vicente. A aldeia do igarapé São Vicente encontra-se na atual localização desde 1992, quando os Kanamarí que regressaram do exílio no igarapé Mamori e no alto rio Itaqual recompuseram o grupo original desta área. A área de ocupação desta aldeia se estende do Lago Cerrado, importante reduto de pesca situado no baixo curso do igarapé, já próximo à margem do rio Jurúá, à região formada pelas cabeceiras do São Vicente e afluentes do rio Itaqual, onde se encontram fartos locais para a caça que compartilham com os parentes Kanamarí deste rio.

III - ATIVIDADES PRODUTIVAS

Assim como as demais populações indígenas da região, os Kanamarí têm suas atividades produtivas pautadas na produção agrícola, na apropriação de peixes, animais de caça e frutos silvestre, e no extrativismo vegetal. Estas atividades estão tão dinamicamente interpenetradas que, combinadas, preenchem as necessidades alimentares, ao mesmo tempo em que determinam, e são mutuamente determinadas, pelas atividades que se circunscrevem mais particularmente ao campo simbólico-ritual.

Como decorrência da prática agrícola adotada por todos os grupos locais e do papel assumido neste contexto pela macaxeira como principal elemento da dieta alimentar atual, o cultivo de roçados canaliza grande parte das energias despendidas em atividades produtivas. Tradicionalmente caçadores e coletores, os Kanamarí têm a carne de animais como o elemento preferencial de sua alimentação diária e o peixe como seu substituto imediato.

O contato com as frentes extrativistas conduziu os grupos à adoção parcial do modo de produção ditado pelo seringalismo, com a incorporação de algumas atividades características como o cultivo de roçados, a exploração dos recursos naturais destinados à comercialização e o próprio envolvimento nas atividades extrativas.

O envolvimento nas atividades extrativistas provocou alterações também no padrão de ocupação fundiária, fazendo surgir as "colocações", locais dispersos na floresta utilizados geralmente por um reduzido número de pessoas para a extração de produto destinado à comercialização. No igarapé Mawetek, foram observadas as Colocações Moriru e Vista Alegre, associadas à Aldeia Maloca, e no igarapé Matrinxã uma colocação sem nome, associada à Aldeia Matrinxã.

Os Kanamarí valem-se do extrativismo como atividade complementar, e não como atividade dominante, dedicam-se predominantemente ao cultivo agrícola, à pesca, à caça e à coleta. As atividades de subsistência ocupam praticamente todo o tempo dispendido em atividades produtivas. Atualmente a agricultura constitui a base de subsistência dos grupos locais. Voltados principalmente para o cultivo de roçados os Kanamarí têm hoje a macaxeira como o principal elemento de uma alimentação pautada em carnes de animais silvestres e peixes. Apenas uma pequena parcela da produção de macaxeira é transformada em farinha destinada ao consumo interno dos grupos ou, em reduzida escala, à comercialização. Nos roçados são cultivados ainda diversos tipos de frutas e de tubérculos de espécies variadas. Embora os roçados sejam referidos como de propriedade das famílias que os trabalham separadamente, depois de atingido o estágio de coleta a produção é consumida coletivamente por todos os membros do grupo local.

O artesanato de caráter utilitário é largamente empregado nas tarefas e afazeres do dia-a-dia, sobretudo na forma de peneiras, cestos abanadores para o fogo e potes de cerâmica. Palhas e fibras vegetais são utilizadas para a confecção de máscaras rituais, além de tiaras, braçadeiras e outros enfeites usados tanto para as festas quanto no cotidiano. A produção de artesanato destinado à comercialização é uma prática recente, adotada com complemento às atividades voltadas ao atendimento das necessidades criadas pelos contatos. As relações comerciais mantidas com a população regional, na margem do rio Jurúá e principalmente em Eirunepé, se dão no sistema de troca comum em regiões de extrativismo vegetal.

Além das intensas relações entre si os grupos locais dos igarapés Maloca, Matrinxã e São Vicente mantêm ainda relações com os outros grupos Kanamarí, com grupos Kulina da região do rio Jurúá e com a população envolvente localizada ao longo da Terra Indígena Mawetek e na sede do município de Eirunepé. Com os outros grupos locais Kanamarí são intensas as relações de troca e reciprocidade, que de forma geral se estendem a todas as áreas.

Mais do que propiciar interações de ordem pessoal, os contatos entre grupos locais, ou mesmo entre famílias, são momentos de reafirmação de alianças sociais e econômicas e de intercâmbio de informações e notícias que garantem a interação dos grupos locais enquanto unidade do povo Kanamarí.

As relações com a população envolvente são principalmente de ordem econômica operadas através do sistema de trocas. Mantidas com comerciantes regionais, ou mesmo com os poucos ocupantes não-índios da Terra

D.O.U. (78)

27/04/99

13

Indígena Mawetek e ribeirinhos do Juruá, estas relações são, em geral, extremamente desfavoráveis aos Kanamarí. Com comerciantes locais que se intitulam donos de faixas de terras inseridas nos limites da Terra Indígena Mawetek as relações são tensas e por vezes conflituosas com ameaças de ambos os lados. Estas divergências se acentuaram a partir do momento em que os grupos locais passaram a reivindicar seus direitos à terra indígena, rompendo assim, com a situação de submissão e subordinação à que haviam se deixado levar pelos "patrões" que se apossaram das terras kanamarí.

IV - MEIO AMBIENTE

Como princípio norteador para a definição dos limites da terra indígena, o GT procurou abranger os acidentes geográficos que contribuissem para a preservação do ambiente e dos recursos naturais utilizados pelos grupos locais, de modo a permitir à população Kanamarí viver com o mínimo de condições favoráveis.

A região formada pelas cabeceiras do igarapé São Vicente e do rio Jutazinho, importante área de caça comum às Terras Indígenas Mawetek e do Vale do Javari, concentra as maiores reservas de animais silvestres que abastecem as necessidades de proteína animal dos Kanamarí destas duas terras indígenas. É também nesta área que se encontram os tradicionais caminhos ainda hoje utilizados pelos grupos locais do igarapé São Vicente e do alto rio Itaquai em seus contatos frequentes.

O Lago Cerrado, na região de confluência do igarapé São Vicente com o rio Juruá, funciona semelhante a uma área de refúgio da vida silvestre, e demonstra uma estreita e estratégica relação de dependência para o grupo indígena, visto que constitui um ambiente favorável à manutenção da vida da população silvícola em tela, acentuadamente no que diz respeito ao abastecimento de pescado. Em função de sua riqueza como reserva pesqueira, o Lago Cerrado é continuamente invadido por pescadores comerciais com técnicas e instrumentos de captura altamente predatórios, o que além de provocar graves danos a esse ecossistema causa enormes prejuízos aos Kanamarí, limitando seus recursos alimentares.

A territorialidade Kanamarí não pode ser pensada se não levar em conta o significado de sua totalidade e a visão de mundo, ela só se realiza na conjugação dos aspectos sociais, ambientais e cosmológicos que definem e ao mesmo tempo sustentam o seu universo, estes aspectos interagem e se interdependem de tal modo que a vida Kanamarí, e nisso também a terra como componente desta territorialidade, só é possível de se realizar com a manutenção desses aspectos que lhe dão sentido.

V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

Os altos índices de nascimentos indicam a tendência de um elevado crescimento populacional que vem sendo observado em todas as áreas Kanamarí. Do censo realizado pelo GT deve ser destacado que 61,35% da população (127 pessoas) era formado por crianças e jovens solteiros, e que dos 39 casais identificados, 56,41% (22 casais) eram formados por jovens em idade reprodutiva.

A relação das áreas ocupadas com os aspectos cosmológicos está diretamente ligada a pupunha, esta fruta é coletada por todos os grupos locais e cultivada em todos os roçados, e além de ser um importante item da dieta alimentar está envolta também de um significado mítico, estando, por isto, presente na vida dos Kanamarí desde os tempos da criação.

Ainda hoje ao estabelecer nova moradia, uma das primeiras atitudes de um grupo local é plantar pupunheiras perto das casas. O pupunhal além de fonte de alimentos é assim elemento fundamental na delimitação territorial com outros grupos indígenas e com a sociedade não-indígena, funcionando ainda como indicador da localização das antigas malocas e aldeias Kanamarí. Os muitos pupunhais e antigas malocas encontradas em toda parte da TI Mawetek evidenciam não apenas a sua ocupação antiga por grupos Kanamarí, mas também e, principalmente, marcam estas terras como originais do povo Kanamarí que as ocupam desde os primeiros tempos.

O nascimento, a vida e a morte de um Kanamarí são eventos que se complementam mantendo a vida social do povo, possibilitando a continuidade deste universo. Para o entendimento das relações céu-terra, ou vida na terra-vida depois da morte, devem ser considerados os aspectos sociais, ambientais e cosmológicos que estabelecem o universo Kanamarí. O significado da existência Kanamarí na aldeia, na terra, e no céu, (*kodo(h)nake*, em língua Kanamarí), implica numa terceira esfera que é o *etsonem*. Esta esfera envolve as outras duas e ao mesmo tempo que as contém, está contida nelas. É traduzida pelos Kanamarí com um significado amplo de nosso lugar Kanamarí e compreende além do *kodo(h)nake* e da aldeia, a floresta, a terra, os animais, os astros, enfim, todo o seu universo. No *etsonem* encontram-se os frutos trazidos para a aldeia pelas entidades nas festas rituais; no *etsonem* o *xamã* faz seu isolamento iniciático e transpõe as difíceis provas enfrentando forças extranaturais:

Empregado em sentido restrito *etsonem* é para os Kanamarí a floresta, onde estão os animais e os frutos coletados, e onde fazem seus roçados e caminhos de trânsito entre um grupo local e outro. É também o local onde enterram seus mortos. O sentido amplo dado ao *etsonem* serve como uma das bases de sua identificação, que aliado a outros elementos culturais, possibilita a diferenciação entre 'nós', os *Tákana* e os 'outros'. Este 'lugar Kanamarí' é construído, mantido e realimentado pelos Kanamarí com todas as pessoas vivas e as que já morreram, com os *xamãs*, as entidades e tudo que foi criado por *Tamakore* e *Kerak* no 'primeiro tempo'. *Etsonem* é, assim como as outras esferas, tão importante que sem ele a vida não pode continuar no todo que é. As três esferas que engendram o universo Kanamarí podem ser percebidas deste modo, ao nascer um indivíduo Kanamarí compõem-se de três energias: um corpo e duas "almas". Ao morrer, estas três energias se separam nas três esferas que compõem o universo Kanamarí.

Nos cemitérios, onde são enterrados os mortos está a matéria, uma das três energias do ser humano. Esta energia, o corpo, está em (de)composição íntima com a natureza, com o *etsonem*. O corpo compõe com a natureza, a reafirmação do território e espaço Kanamarí, assim como alimenta a terra. Num primeiro momento, o lugar onde estão enterrados seus mortos, serve de referência a uma das 'almas' (*ekonanem*) do morto para que venha tomar o rapé. Para ser possível colocar diariamente o rapé para a *ekonanem* do morto, é necessário que este lugar seja próximo de suas moradias. Ao longo do tempo então, os lugares de enterramento vão também marcando e confirmando o território kanamarí, pois a cada mudança de moradia, este lugar muda também. Sendo um território relacionado ao pertencimento a determinado Djapa, o lugar onde estão enterradas as pessoas reafirma a origem, consolida a construção do espaço e sinaliza o direito à utilização deste território por determinado grupo local.

Considerando a interdependência das 3 esferas que constroem o universo Kanamarí, percebe-se portanto que não há possibilidade de existir *kodo(h)nake* se não existir a vida na aldeia e no *etsonem*, o "nosso mató, nossa terra, nosso lugar Kanamarí". Isto significa dizer que para uma existência plena de um indivíduo Kanamarí é necessário e imprescindível a sua vida no seu local de origem, sem o qual seu universo entra em desequilíbrio.

Além de imprescindível para a reprodução física e cultural do grupo local das aldeias Maloca, Mamoráhe e Komaroha, a TI Mawetek é fundamental para a reprodução de todo o povo Kanamarí. Sem ela é grande o risco de que o distanciamento físico decorrente da ocupação de faixas de terra do território tradicional Kanamarí pelas frentes extrativistas conduza ao distanciamento social, e a consequente dispersão, dos grupos locais do Itaquai, Jutai e Juruá. Em virtude de sua localização intermediária aos rios Itaquai e Juruá, a TI Mawetek funciona como importante ponto de apoio aos respectivos grupos locais em seus constantes deslocamentos.

VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

Foi constatada a presença de apenas 6 (seis) famílias de ocupantes não-índios inseridas nos limites da Terra Indígena Mawetek, sendo que estas encontravam-se estabelecidas em 4 (quatro) locais distintos.

Nº	Nome do ocupante	área (Ha)	situação fundiária	nome do seringal
1	Sebastião Monteiro da Silva	2,5	Titular de Posse	Bom Jardim
2	Sebastião Condes Filho	1,5	Titular de Posse	Rivalisa
3	Antônio Amâncio de Souza	3	Titular de Posse	Bom Jardim
4	José Amâncio da Silva	1	Titular de Posse	Rivalisa
5	Francisco Mendes Mesquita	1,5	Titular de Posse	São João
6	Manoel Raul de Aguiar	30	Proprietário	sem nome

Destas 6 (seis) famílias, 4 (quatro) estão localizadas no igarapé São Vicente. Sebastião Monteiro da Silva e Sebastião Condes Filho, sogro e genro, respectivamente, têm suas casas instaladas no alto curso do igarapé, acima da aldeia Komaroha, na foz do igarapé Barrigudo, local onde no passado se encontrava uma grande maloca Kanamarí e que hoje é o ponto de chegada do varadouro que liga os igarapé Matrinxá e São Vicente. Antônio

D.O.U. (78)

27/04/99

13

Amâncio de Souza (Antônio Taifeiro) e José Amâncio da Silva, pai e filho, têm suas casas abaixo da aldeia Komaroha, próximo à foz do igarapé Mocambi. Francisco Mendes Mesquita, Chico Paranaguá, como é conhecido, tem sua casa na Colocação Terra Firme, localizada na confluência do igarapé Maloca com o Lago Terra Firme, no limite inferior da TI Mawetek, próximo à cidade de Eirunepé. Manoel Raul de Aguiar tem sua ocupação na região formada pelas cabeceiras do rio Jordão e igarapé Maloca, em faixa de terra localizada aos fundos da aldeia Maloca, já próximo ao rio Jutaizinho, zona limítrofe entre as Terras Indígenas Mawetek e Vale do Javari.

As famílias do igarapé São Vicente adentraram o igarapé no período em que os Kanamarí estavam temporariamente ausentes, ou seja, quando algumas das famílias Kanamarí se encontravam fixadas no igarapé Mamori, na aldeia Três Unidos, e outras no alto rio Itaquai na aldeia Massapé. Quando de sua instalação, estes ocupantes não-índios constituíam apenas 2 (duas) famílias, vindo mais tarde a serem constituídas outras 2 (duas) famílias a partir de casamento de filhos das famílias anteriores com pessoas moradoras das margens do rio Juruá.

Cabe assinalar que estas posses são questionadas pelo seringalista Hugo Cavalcante, o qual a partir do Título Definitivo do Seringal São João, reivindica a Colocação Terra Firme, ocupada por Chico Paranaguá, e Paulo George Feitosa Alves da Conceição que se apresenta como proprietário Seringal Bom Jardim reivindicando o domínio sobre o igarapé São Vicente.

As famílias que se instalaram no igarapé São Vicente e no baixo igarapé Maloca tinham prévio conhecimento de que estas eram terras originalmente ocupadas pelos Kanamarí e que suas presenças estavam diretamente condicionadas às relações de boa vizinhança estabelecidas e ao à concordância dos respectivos locais quanto as suas permanências.

Diferentemente das famílias anteriores, a ocupação das terras indígenas por Manoel Raul de Aguiar faz parte de um programa ordenado que visa a fixação de fazendas e pequenas "colônias" na região situada entre a sede do município e rio Jutaizinho, região recentemente aberta à colonização. A instalação da fazenda de Manoel Raul foi viabilizada através de incentivos governamentais para a implantação de atividades agropecuárias e da abertura pela Prefeitura Municipal de Eirunepé de uma extensão do Ramal Afonso Cavalcante, estrada de penetração com o objetivo específico de permitir a abertura desta área à colonização.

Dos 13 (treze) imóveis resultantes do levantamento cartorial procedido pelo GT, apenas em 1 (um) deles, de Manoel Raul de Aguiar, foi constatada a presença de ocupantes não-índios e benfeitorias incidentes na Terra Indígena. Os outros 12 (doze) imóveis localizados ao longo da TI Mawetek não têm marcas de ocupação que incida na terra indígena. O imóvel do Sr. Manoel Raul de Aguiar sem denominação, localiza-se no ramal Af. Cavalcante II, com Título Definitivo datado de 17 de abril de 1995.

VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

Acatando o pedido feito pela comunidade indígena Kanamarí, solicitamos a mudança do nome desta terra, tida pela FUNAI por Terra Indígena Kanamarí do Matrinxá, para TERRA INDÍGENA MAWETEK.

Subsidiado pelos dados coletados nos respectivos levantamentos antropológico, fundiário e ambiental, e em consonância com as indicações da comunidade Kanamarí constituída pelos membros das Aldeias Maloca (ou Bola), Mamorê (ou Matrinxá) e Komaroha (ou Fortaleza), este Relatório de Identificação e Delimitação define a faixa de terra compreendida entre o alto rio Jutaizinho (limite da Terra Indígena Vale do Javari) e as terras interiores, predominantemente de planalto, situadas à margem esquerda do médio rio Juruá, e limitada em sua parte superior pelos igarapés Mocambi e São Vicente (afluente do rio Juruá), e em sua parte inferior pelos igarapés Jaci (afluente do rio Juruá) e Jacuba (afluente do rio Jutaizinho). Descrita e visualizada no mapa e memorial descritivo que se seguem, perfazendo um total de 118.000 ha aproximados de superfície e 200 Km aproximados de perímetro como a proposta de área do GT Kanamarí, Portaria nº 1152, para a Terra Indígena Mawetek.

Esta proposta de identificação e delimitação, atende aos requisitos estabelecidos pelo § 1º do Artigo 231, da Constituição Federal que determina de forma bem clara e objetiva, quatro condições básicas a serem obedecidas na definição de terras indígenas: "...as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.", atendendo também, o Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996, e a Portaria nº 14/MJ/96.

CARLOS ALEXANDRE BARBOZA PLÍNIO DOS SANTOS
Antropólogo/DEID/DAF

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Diretoria de Assuntos Fundiários-DAF

Departamento de Demarcação-DED

Memorial Descritivo de Delimitação

Denominação

Terra Indígena MAWETEK

Aldeias Integrantes

Fortaleza, Matrinchá e Bola

Grupo Indígena

Kanamari

Localização

Município: Eirunepé

Administração Executiva Regional: Manaus

Estado: Amazonas

Coordenadas dos Extremos

Extremos	Latitude	Longitude
Norte:	06°27'48" S	70°01'35" WGr
Leste:	06°42'59" S	69°57'18" WGr
Sul:	06°46'28" S	70°32'10" WGr
Oeste:	06°38'42" S	70°37'50" WGr

Base Cartográfica

Nomenclatura

Escala

Órgão

Ano

1:100.000

DSG

1987 / 1988

Dimensões

Superfície: 118.000 ha (cento e dezoito mil hectares) aproximadamente

Perímetro: 200 Km (duzentos quilômetros) aproximadamente

Descrição do Perímetro

NORTE: Partindo do ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 06°37'08" S e 70°37'41" WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, na confrontação com a terra indígena Vale do Javari, segue pelo limite comum até o ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 06°34'20" S e 70°24'50" WGr., localizado na cabeceira do rio Jutaizinho; daí, segue por este, a jusante, até o ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 06°27'48" S e 70°01'35" WGr., localizado na confluência com o igarapé Jacuba. LESTE: Do ponto antes descrito, segue pelo igarapé Jacuba, a montante, até o ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 06°31'42" S e 70°00'26" WGr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta até o ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 06°32'27" e 69°59'43" WGr., localizado na confluência do igarapé Jordãozinho com um igarapé sem denominação; daí, segue pelo igarapé sem denominação, a montante, até o ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 06°33'11" S e 69°59'55" WGr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta até o ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 06°33'32" S e 69°59'58" WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a jusante, até o ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas 06°34'01" S e 69°59'40" WGr., localizado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta até o ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas 06°37'59" S e 70°00'27" WGr., localizado na cabeceira do igarapé Jaci; daí, segue este, a jusante, até o ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 06°42'59" S e 69°57'18" WGr., localizado na confluência com o igarapé do Bode. SUL: Do ponto antes descrito, segue pelo igarapé do Bode, a montante, até o ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 06°42'10" S e 69°59'56" WGr., localizado às margens de um lago sem denominação; daí, segue margeando o citado lago até ponto 12 de coordenadas geográficas aproximadas 06°42'01" S e 70°00'13" WGr., localizado na foz de um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a montante, até o ponto

D.O.U. (78)
27/04/99
CMT

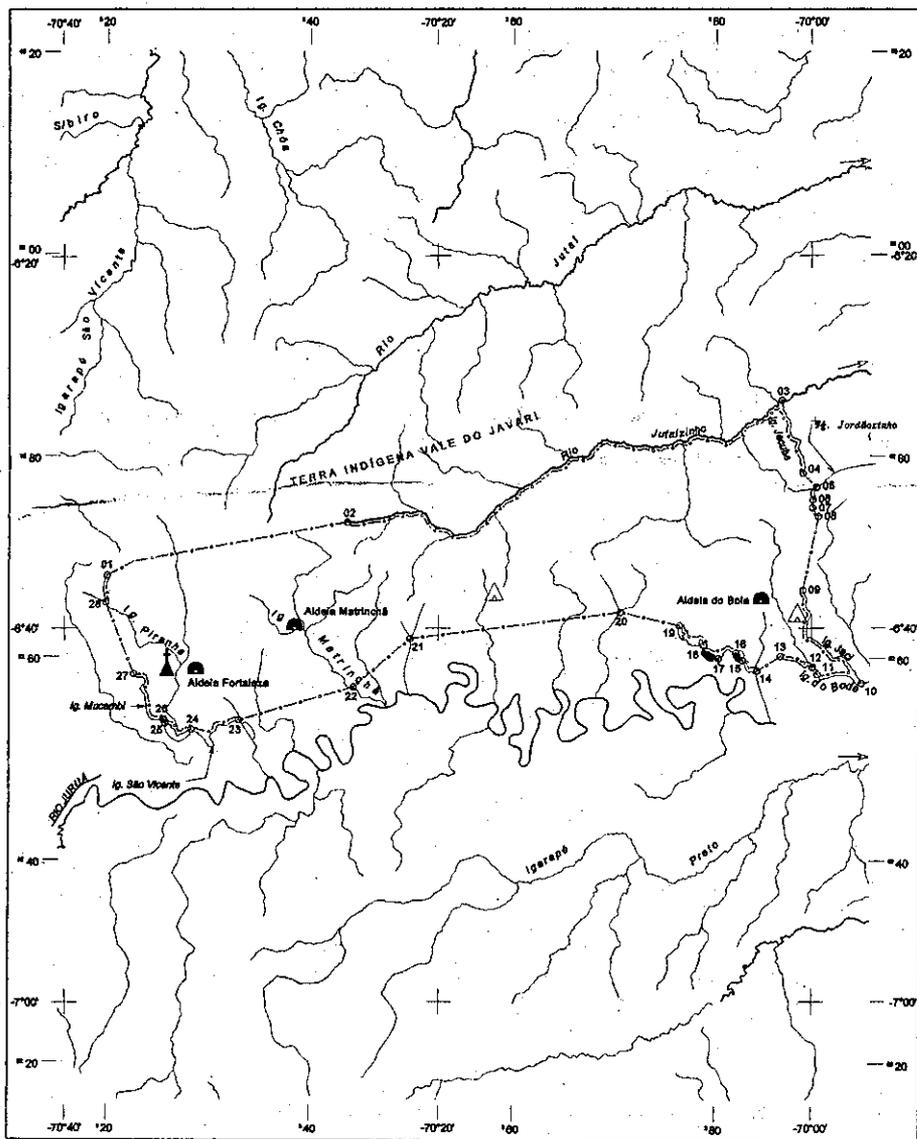
13 de coordenadas geográficas aproximadas 06°41'32" S e 70°01'40" WGr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta até o ponto 14 de coordenadas geográficas aproximadas 06°42'19" S e 70°02'57" WGr., localizado na confluência do igarapé Sobral com o paraná Mungubal; daí, segue pelo paraná Mungubal, a montante, até o ponto 15 de coordenadas geográficas aproximadas 06°41'40" S e 70°03'44" WGr., localizado às margens do lago Mungubal; daí, segue margeando o citado lago até o ponto 16 de coordenadas geográficas aproximadas 06°41'18" S e 70°04'05" WGr., localizado no paraná Mungubal; daí, segue por este até o ponto 17 de coordenadas geográficas aproximadas 06°41'34" S e 70°04'58" WGr., localizado às margens da lagoa Cachinaú; daí, segue margeando a citada lagoa até o ponto 18 de coordenadas geográficas aproximadas 06°41'00" S e 70°05'49" WGr., localizado na foz do igarapé Sobral; daí, segue por este, a montante, até o ponto 19 de coordenadas geográficas aproximadas 06°39'53" S e 70°07'06" WGr., localizado às margens de um lago sem denominação; daí, segue por linha reta até o ponto 20 de coordenadas geográficas aproximadas 06°39'11" S e 70°10'16" WGr., localizado na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue por linha reta até o ponto 21 de coordenadas geográficas aproximadas 06°40'36" S e 70°21'28" WGr., localizado na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue por linha reta até o ponto 22 de coordenadas geográficas aproximadas 06°43'08" S e 70°24'32" WGr., localizado às margens do igarapé Matrinhã; daí, segue por linha reta até o ponto 23 de coordenadas geográficas aproximadas 06°45'00" S e 70°30'37" WGr., localizado às margens de um lago sem denominação, junto a nascente de igarapé São Vicente; daí, segue por este, a jusante, até o ponto 24 de coordenadas geográficas aproximadas 06°45'52" S e 70°33'53" WGr., localizado na confluência com o igarapé São José, junto ao lago Serrado. OESTE: Do ponto antes descrito, segue margeando o lago Serrado até o ponto 25 de coordenadas geográficas aproximadas 06°45'11" S e 70°34'36" WGr.; daí, segue por linha reta, pela divisa de um lago intermitente, até o ponto 26 de coordenadas geográficas aproximadas 06°44'58" S e 70°34'39" WGr., localizado na foz do igarapé Mucambi; daí, segue por este, a montante, até o ponto 27 de coordenadas geográficas aproximadas 06°42'32" S e 70°36'16" WGr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta até o ponto 28 de coordenadas geográficas aproximadas 06°38'42" S e 70°37'50" WGr., localizado na confluência de dois igarapés sem denominação, formadores do igarapé Piranha; daí, segue pelo igarapé principal, a montante, até o ponto 01, início da descrição deste perímetro. A Base cartográfica utilizada refere-se às folhas SB.19-Y-B-I, SB.19-Y-A-VI, SB.19-Y-B-IV e SB.19-Y-B-V, Escala 1:100.000 - DSG - Anos 1987/88. Responsável técnico pela identificação dos limites: Zenildo de Souza Castro, técnico em agrimensura, AER Manaus.

Documentação

Fonte: D.O.U. (78)

Data: 27/04/99

Class: 11



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- PONTO DEFINIDOR DE LIMITES
- ALDEIA INDÍGENA
- ▲ MALOCA ABANDONADA/CEMITÉRIO
- CURSO D'ÁGUA
- DIREÇÃO DA CORRENTE

 <p>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF</p>			
<p>DESCRIÇÃO: TERRA INDÍGENA MAWETEK</p>		<p>PLANO DE: DELIMITAÇÃO</p>	
<p>MUNICÍPIO: EURUNIPÉ</p>	<p>ÁREA: 118.000 ha</p>	<p>PERÍMETRO APROX.: 200 km</p>	<p>DATA: 18/04/99</p>
<p>ESTADO: AMAZONAS</p>	<p>ANO: MANAUS</p>	<p>ESCALA: 1:500.000</p>	<p>DATA CARTOGRAFICA: 18-08-1988, 1984 e 1988</p>
<p>RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA DELIMITAÇÃO DOS LIMITES: ZENILDO DE SOUZA CASTRO</p>	<p>RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA IDENTIFICAÇÃO DOS LIMITES: ZENILDO DE SOUZA CASTRO</p>	<p>VISTO: CHETE DO CRO</p>	<p>PORTARIA: Port. 1.152/PRE/996</p>
<p>UNO JOÃO DE OLIVEIRA NEVES ATUANDO COMO SUPERVISOR DO AMAZONAS</p>	<p>ZENILDO DE SOUZA CASTRO TÉCNICO DE AGRIMENSURA AER - MANAUS</p>	<p>BANCO FRANCISCO COLOMBO PROFESSOR ADJUNTO CNEA BP 4 BALNEIO</p>	